

APRESENTAÇÃO

O quarto número da Revista de Ciências Sociais e Jurídicas (RCSJ), da Faculdade de Direito do Centro Universitário Padre Anchieta (Jundiaí-SP), prossegue na sua valorosa missão acadêmica de debater, refletir e investigar temas importantes relacionados às disciplinas de formação do profissional do direito, como Introdução do Estudo do Direito, Sociologia Jurídica, Filosofia Jurídica, Ciência Política, Teoria Geral do Estado, Antropologia, Estudo da História do Direito, Direitos Humanos, Hermenêutica Jurídica, dentre outras.

Esta edição é bastante especial, porque prossegue trazendo trabalhos de pesquisadores e professores de outras Instituições de Ensino Superior, a saber: Mariana Bernardes da Costa Arruda (mestre em Direito de Estado pela Universidade de São Paulo), Luís Antônio Francisco de Souza (professor assistente do Departamento de Sociologia e Antropologia da Unesp, campus de Marília), Tawan Ranny (mestre em Direito pela Universidade Católica de Santos), Carlos Henrique Aguiar Serra (professor do Departamento de Ciência Política e do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da UFF/RJ) e Gabriel de Sousa Romero (mestrando no Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais na UNIFESP (SP)). Agradeço a esses pesquisadores, cujos trabalhos valorizam a qualidade da produção intelectual da RCSJ, permitindo que o leitor tenha acesso a outras abordagens analíticas.

Outro motivo que valoriza essa edição é o artigo apresentado por Nicolle Bruno Bressane, recém-formada pela Faculdade de Direito Padre Anchieta, fruto de excelente monografia de conclusão de curso, que tive o prazer de participar da banca. Este artigo é também assinado pelo orientador desta autora, o prof. Me. Wanderley Todai Junior e representa um dos objetivos desta revista, que é dar oportunidade às publicações aos jovens que possuem pensamento crítico e embasado e que pretendem iniciar na carreira acadêmica.

O primeiro artigo – *O ativismo judicial e o papel do Supremo Tribunal Federal* – escrito pela Mestre Mariana Bernardes da Costa Arruda, analisa esse importante tema sob o enfoque da hermenêutica dos Tribunais Superiores nos Estados Unidos, Europa e Colômbia e, principalmente, o Supremo Tribunal Federal Brasileiro que possua caráter ativista.

O segundo trabalho, assinado pelo Prof. Dr. Claudinei Coletti – *O Estado capitalista e a democracia burguesa: uma breve análise marxista* - tem como objetivo propor uma definição de Estado capitalista sob o ponto de vista da teoria marxista de Nicos Poulantzas (1936-1979). Nesse contexto, a democracia é vista como uma forma do Estado burguês, na qual se constata a existência de um poder legislativo com capacidade de partilhar, em alguma medida, com a

burocracia estatal, a tarefa de implementar a política de Estado, fundamentalmente em favor dos interesses do capital.

O terceiro artigo dessa edição da RCSJ – *A condição humana, a volta da política e a análise do mal* - elaborado pelo Prof. Dr. Luís Antônio Francisco de Souza, traz uma análise do pensamento de Hannah Arendt sobre o totalitarismo e as consequências sociais e políticas de uma vida ameaçada.

O quarto artigo – *O paradigma deontológico do Direito Administrativo moderno* – escrito pelo Mestre Tawan Ranny, analisa o pressuposto de justiça para o direito público e a aplicação dos dogmas originários do “tópos” de justiça no direito, a fim de compreender o paradigma deontológico do direito administrativo.

O quinto trabalho desta edição – *O ritualismo litúrgico como instrumento de violência simbólica no campo judicial* – de autoria do Prof. Me. Elvis Brassaroto Aleixo, propõe uma reflexão, a partir de Pierre Bourdieu, sobre a violência simbólica presente no campo judicial externalizada pelo ritualismo litúrgico.

O sexto artigo da revista – *A dialética da crise social: do mito neoliberal ao fim dos direitos sociais* – elaborado pela bacharel em Direito, Nicolle Bruno Bressane e pelo seu antigo orientador, o Prof. Me. Wanderley Todai, analisa o neoliberalismo e critica o mito de que ele seria a única saída política possível para resolver as crises econômicas, políticas e sociais, existentes desde a década de 1970. O trabalho demonstra que, em verdade, a classe dominante investiu fortemente na devastação dos direitos sociais, patrocinando líderes que defendessem os seus interesses - fossem eles eleitos democraticamente ou levados ao poder à força - com a intenção de enfraquecer os movimentos sociais por direitos formalmente existentes, aumentando ainda mais o abismo econômico e social existente entre burguesia e classe trabalhadora.

O sétimo trabalho desta edição – *Letalidade policial e insegurança pública: o caso paulista* – escrito pelo Prof. Dr. Carlos Henrique Aguiar Serra, pelo mestrando Gabriel de Sousa Romero, pelo Prof. Dr. Luís Antonio Francisco de Souza e pela Prof. Dra. Thaís Battibugli, analisa a persistência de altos níveis de letalidade em ações da polícia, como um dos grandes desafios da democracia no Brasil contemporâneo. O trabalho retoma o debate por meio de uma revisão dos estudos sobre o tema a partir da experiência da polícia do estado de São Paulo e procura sinalizar possibilidades de compreensão e enfrentamento ao problema da persistência da violência policial.

O artigo final desta edição – *Responsabilidade Civil por Danos Ambientais: análise das teorias do risco integral e risco criado* – elaborado por Juliana Gonçalves dos Santos e por mim analisa a responsabilidade civil em decorrência de danos ambientais e seus elementos fundamentais, discorrendo e contraponto acerca das duas principais teorias associadas ao tema: a teoria do risco integral e a teoria do risco criado.

Espero que este quarto número da Revista de Ciências Sociais e Jurídica possa proporcionar uma leitura entusiasmada, reflexiva e bastante proveitosa.

Dezembro de 2020.

Prof. Dr. Paulo Roberto Cunha

Coordenador da Revista de Ciências Sociais e Jurídicas